

O INFORMATIVO

DO VALE

Vale do Taquari.
Sexta-feira,
29 de julho de 2016

FUNDADO EM 8 DE MAIO DE 1970 POR OSWALDO CARLOS VAN LEEUWEN

Ano 47.
Nº 11.105
R\$ 1,75

Economia que vem do sol

» A usina solar da Univates completa um ano de funcionamento em agosto. Neste período, a instituição conseguiu economizar cerca de R\$ 224 mil com gasto em energia elétrica. A carga gerada - ao todo já são 259 mil kilowatts (kW) - supre a necessidade de consumo do Parque Científico e Tecnológico do Vale do Taquari (Tecnovates) e do prédio onde estão localizados os laboratórios dos cursos de Engenharia. [Página 8](#)



EMPREENHIMENTO: 912 placas fotovoltaicas estão instaladas sobre os telhados do Parque Científico e Tecnológico do Vale do Taquari (Tecnovates)

Lidiane Mallmann

BOX
LOCADORA DE VEÍCULOS

A trabalho ou
lazer, será
sempre um
prazer!

Fone: (51) 3714.6588
locadora@boxlocadoraaveiculos.com.br
Av. Alberto Pasquini, 441 B. Americana - Lajeado/RS

**TÊNIS
FUTEBOL 7
BERTOZZI**

2º FESTIVAL DE INVERNO
DE CERVEJA ARTESANAL

DIA
30/7

ESTRELA-RS

INGRESSOS R\$35,00
20 CERVEJARIAS
BANDA TENENTE CASCAVEL
GINÁSIO CRISTO REI

» TEMA DO DIA

No meio da calçada...

» ...tinha uma pedra, buracos, mato e uma laje quebrada. Problemas como estes são corriqueiros em calçadas de Lajeado. Especialmente nos bairros, obstáculos dificultam a acessibilidade dos pedestres.

[Páginas 2 e 3](#)

Justiça marca audiência entre prefeitura e MPF

» Encontro ocorre em agosto, e tem por finalidade tentar resolver o impasse que ronda as obras de pavimentação em Lajeado, financiadas pelo Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC), paralisadas desde o início do ano, quando o Ministério Público Federal recomendou a suspensão dos recursos à Caixa Econômica. [Página 4](#)

4 DIAS DE LOKURA EM **10X** FIXAS **100** DIAS **1º PGTO** **ATÉ 50% DESC**

dullius

*sujeito a análise de crédito

Juliana Bencke

**OBSTÁCULOS:**

lajes quebradas, mato e areia dividem espaço no passeio público no Bairro Florestal

Blitz das calçadas: mato, buraco e laje quebrada dificultam passagem

Responsabilidade pela manutenção do passeio público é do proprietário do terreno



Juliana Bencke

juliana@informativo.com.br



Thaís Presser

thais@informativo.com.br

» Lajeado

Lajes quebradas, buracos, limo e mato nas calçadas compõem um cenário conhecido para muitos lajeadenses. Caminhar pelo passeio público, sem desviar ou manter os olhos no chão, ainda é um desafio em algumas regiões. Embora no Centro haja acessibilidade aos pedestres, nos bairros, a situação é diferente. Em uma "blitz", **O Informativo do Vale** identificou trechos que, além de descumprir a legislação municipal, oferecem risco aos pedestres.

Funcionária pública, Jaqueline Brum também

percebe a situação apurada pela reportagem. "Pelo Centro, as calçadas são mais bem conservadas, o que facilita a mobilidade. Já nos bairros, é bem precário, sendo difícil transitar", observa.

Com o objetivo de melhorar a mobilidade e incentivar a comunidade a cuidar das calçadas, a Secretaria de Planejamento de Lajeado (Seplan) lançou, em agosto de 2014, o Projeto Caminho Seguro. O decreto estabeleceu padrões para os passeios públicos, de acordo com o Código Municipal de Edificações. "O projeto serve para recuperar, fazendo a manutenção e a construção das novas calçadas para melhorar a circulação e, consequentemente, a mobilidade urbana", destaca a titular da Seplan, Marta Peixoto.

Para ela, é possível perceber as mudanças ao longo dos dois anos. "Muitos

municípios melhoraram e construíram calçadas. A prefeitura notificou os donos das calçadas de diversos bairros da cidade e teve o retorno positivo de muitos moradores", comenta. De acordo com a secretária, foram melhorados os passeios públicos do Centro (ruas Julio de Castilhos e Bento Gonçalves e Avenida Benjamin Constant) e dos bairros Florestal, Moinhos e Centenário, assim como os do entorno de todas as escolas e postos de saúde do município.

NOVAS CALÇADAS

Embora reconheça que parte das calçadas do município ainda não esteja de acordo com as exigências, Marta afirma que novos projetos de construção só são aprovados pela secretaria caso estejam dentro do padrão. "Acredito que o maior problema, hoje, é a



"Todos devem olhar a sua calçada e analisar se está em bom estado para a mobilidade de todos."

Marta Peixoto,
secretária do
Planejamento

falta de calçadas nos bairros. Isso ocorre porque só é necessário construir calçada quando existe pavimentação na rua. Agora, desde julho de 2015, os loteamentos aprovados têm que fazer a pavimentação das ruas e, assim, também será necessária a construção de calçadas."

DEVER DO PROPRIETÁRIO

Além de o proprietário do terreno ser responsável pela construção do passeio público, ele tem dever de conservá-lo em dia. De acordo com o Código de Edificações do município, "o terreno, edificado ou não, situado em via provida de pavimentação, deverá ter sua calçada pavimentada pelo proprietário, com material antiderrapante, a ser mantida em bom estado de conservação."

O descumprimento da lei pode acarretar multa de Valor de Referência do Mu-

nicipio (VRM) - o equivalente a R\$ 374,74. A fiscalização está a cargo dos fiscais de postura da Seplan. "Sempre é feita a fiscalização, mas precisamos aumentar o número de funcionários", afirma Marta. A secretária não informa o número de multas aplicadas desde o início do projeto, mas ressalta que a secretaria está sempre notificando para a recuperação do passeio. "Nossa finalidade não é a multa, mas, sim, o conserto. Esse trabalho não era feito no passado, por isso, o estado de conservação estava tão ruim."

Marta acredita que a melhoria de todo o passeio público de Lajeado é um processo lento que passa, principalmente, pela conscientização da população. "Todos devem olhar a sua calçada e analisar se está em bom estado para a mobilidade de todos", observa.

SEGUIR »

Para deficientes, dificuldades redobradas

Se já é um desafio andar por calçadas esburacadas, quebradas e com raízes de árvores expostas, imagine fazer isso sem visão ou em uma cadeira de rodas. Dificuldades como essas fazem parte do cotidiano de Orlei da Costa (46), presidente da Associação de Pais, Amigos e de Pessoas com Deficiências Visuais (Apadev). Além da falta de piso tátil, os buracos, o espaço estreito, as árvores e os postes no meio do caminho tornam praticamente impossível a passagem de quem não enxerga.

Costa comenta que problemas como esse são comuns, inclusive, em trechos próximos da sede da Apadev, utilizados diariamente por deficientes visuais. “Somos obrigados a andar na beirada da rua. Senão, podemos tropeçar e cair. Uma colega nossa já caiu em uma boca de lobo”, conta. O presidente da entidade ainda observa: “A Julho de Castilhos é uma beleza para

andar. É um exemplo a ser copiado para os outros locais”.

Cadeirante e presidente da Associação de Deficientes Físicos de Lajeado (Adefil), Nestor Luiz Martinelli (48) também presencia os contratempos vividos por Costa. Conforme ele, é comum uma roda pequena da cadeira trancar em um buraco da calçada. Sua fórmula para conseguir transitar nas calçadas da cidade é andar devagar, olhar sempre para o chão e desviar dos obstáculos. “Quem já é cadeirante há mais tempo consegue, mas, para quem não é, fica bem difícil.”

A inexistência de rampas ou inclinações fora do padrão também dificulta o acesso dos cadeirantes. “Se a lesão na coluna é alta, o cadeirante não tem o equilíbrio e não consegue descer e subir. Em algum locais, só se consegue acessar a calçada nas entradas de garagem”, relata.

“Somos obrigados a andar na beirada da rua. Senão, podemos tropeçar e cair. Uma colega nossa já caiu em uma boca de lobo.”

Orlei da Costa,
deficiente visual e
presidente da Apadev



SUJEIRA: telhas quebradas e barro dificultam a passagem no Bairro Florestal



POSITIVO: na Univates, rampas e calçada em dia garantem a circulação de cadeirantes



LIMO: lajes escorregadias oferecem risco de queda



SEM CONDIÇÕES: lajes soltas dificultam a passagem em um ponto do Bairro Alto do Parque

Fique de olho



- As calçadas devem ser feitas com material antiderrapante, niveladas e de fácil manutenção;



- Os pisos sugeridos são basalto regular não polido, bloco intertravado de concreto (paver), placa de concreto pré-moldado, concreto, laje grés e pisos alternativos como ladrilho hidráulico, pedra portuguesa e pisos cerâmicos antiderrapantes;



- A responsabilidade de construção e manutenção da calçada é do proprietário. Mesmo que não haja edificações no terreno, a calçada é obrigatória se o terreno estiver localizado em uma rua pavimentada;



- O proprietário de uma calçada que não esteja em condições pode ser multado em R\$ 374,74.



ACESSÍVEL: com manutenção em dia e piso tátil, calçadas do Centro são exemplo de acessibilidade



LAJOTA: pisos escorregadios oferecem risco de queda



CALÇADA: passeio é obrigatório em terrenos localizados em ruas pavimentadas



EM DIA: residência no Bairro São Cristóvão dá exemplo de passeio público em condições



SEM SAÍDA: trecho sem calçada interrompe a passagem do pedestre no Bairro Moinhos



PERIGO: boca de lobo aberta coloca pedestres em risco

Fotos Juliana Bencke e Thais Presser

Lidiane Mallmann

Justiça acolhe pedido de Lajeado e marca audiência de conciliação

Ação tenta desbloquear os valores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para pavimentação



Rodrigo Nascimento

rodrigon@informativo.com.br

» Lajeado

Na quarta-feira, 10 de agosto, a Prefeitura de Lajeado, o consórcio que executa as obras de pavimentação, a superintendência da Caixa Econômica Federal e o Ministério Público Federal (MPF) estarão reunidos para tentar uma conciliação, no caso da denúncia de superfaturamento das obras financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A reunião é vista como um “primeiro passo” em favor da continuidade das obras que foram paralisadas em janeiro deste ano, depois que o MPF recomendou à Caixa que suspendesse os pagamentos, encerrando o trabalho nos canteiros de obra. “Esta será uma tentativa efetiva de conciliação entre as partes e a possibilidade de criar então um mecanismo para discutir o que foi apontado com sobrepreço, ao mesmo tempo em que a obra avançará na pavimentação das ruas”, justifica o secretário de Governo de Lajeado, Auri Heisser.

O secretário conta que o relatório feito pela auditoria do Ministério Público Federal apontou inconformidade em 11% do valor total da obra - orçada em mais de R\$ 20 milhões. Por conta disso, sugeriu a suspensão dos pagamentos. “Nós não estamos discutindo este valor, nem este apontamento. O que a gente quer é que a pavimentação avance, enquanto o valor apontado como superfaturado seja analisado. Se for o caso, a Caixa pode depositar em juízo este percentual.”

Prejuízo

Há dois meses, a pedido da prefeitura, o consórcio que executa a pavimentação fez um levantamento do prejuízo causado pela paralisação dos trabalhos, em janeiro. O valor apurado na época era de R\$ 800 mil. “Se não fizermos algo de uma vez, este valor certamente aumentará e se tornará maior até do que está sendo apontado no relatório do MPF”, complementa Heisser.



PRIORIDADE: conclusão no asfaltamento da Rua Arnoldo Uhry é a mais urgente para o município

Urgência para retomada

Segundo Heisser, o município deseja resolver o impasse com urgência, para conseguir concluir o segundo trecho de pavimentação da Rua Arnoldo Uhry, entre os bairros Jardim do Cedro e Santo Antônio. No local, ficam os conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II, também financiados pela Caixa Econômica Federal.

As habitações populares têm como pré-requisito à ocupação, a pavimentação em frente ao local do imóvel. Como o trecho não foi finalizado, a prefeitura não pode entregar as casas aos moradores. “A expectativa é que o condomínio esteja 100% pronto em setembro. Até lá, nós precisamos concluir a pavimentação da rua.”

Além do segundo trecho da Rua Arnoldo Uhry, a prefeitura quer acelerar a retomada do trabalho na Rua Pedro Petry, no Bairro Universitário e mais duas ruas no Bom Pastor estão entre as prioridades. Todas estas ruas já tiveram trabalhos iniciados e podem elevar o custo final da pavimentação.

Relembre o caso

- Em janeiro de 2016, o MPF apontou 28 itens com diferença de preço no projeto de pavimentação executada em dez bairros de Lajeado. Inicialmente, o estudo apresentava indício de sobrepreço da ordem de 17%, no que já havia sido pago pela Caixa Econômica Federal ao município. A revisão dos valores - feita pela área técnica do MPF -, apontou uma nova diferença na ordem de 11% sobre o valor global.
- Desde fevereiro, não houve entendimento para a volta dos pagamentos ao consórcio que executa a obra.
- Ao todo, o projeto de pavimentação que alcança ruas em dez bairros de Lajeado e está orçado em R\$ 20.527.901,60. Deste valor, R\$ 18,5 milhões são do governo federal e o restante pago como contrapartida pelo município.

Demônios da Garoa

Feijoada, Samba e Caipirinha

06 DE AGOSTO - SALÃO SOCIAL

SÓCIO R\$ 50,00 NÃO SÓCIO R\$ 60,00

INGRESSOS A VENDA NA SECRETARIA DO CLUBE

ABERTURA DO SALÃO: 19H

FEIJOADA DAS 19H ÀS 22H

SHOW DOS DEMÔNIOS DA GAROA: 22H30M

Mais informações (51) 3726 4980 - WWW.CTCLAJEADO.COM.BR

Apoio: **O INFORMATIVO DO VALE** **A Hora** **FRUKI**

Univates disponibiliza Balanço Social 2015

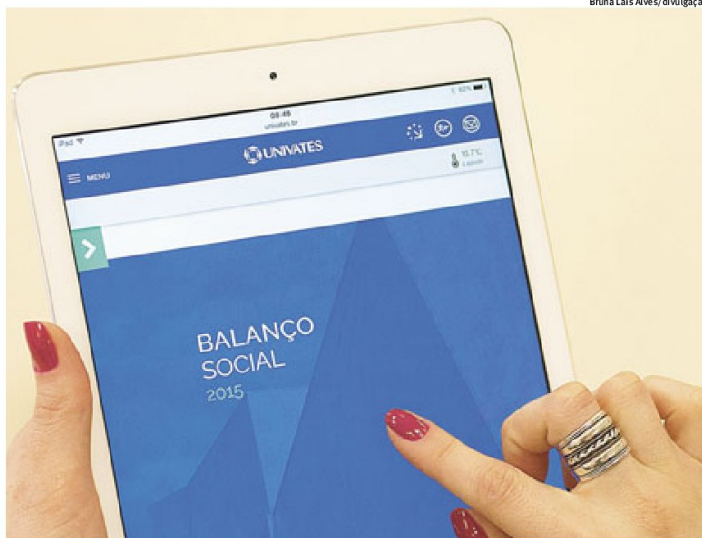
Documento tem o objetivo de divulgar ações e os resultados da instituição comunitária

» Lajeado

Já está disponível o Balanço Social 2015 da Univates, uma publicação que amplia o diálogo da instituição com a sociedade, especialmente por se tratar de uma instituição comunitária e sem fins lucrativos. O documento tem como principal objetivo dar transparência às atividades da instituição, uma vez que as ações desenvolvidas em prol da melhoria da comunidade e do meio ambiente ajudam a instigar a valorização da responsabilidade social.

Em formato on-line, o Balanço Social 2015, que pode ser conferido em www.univates.br/balancosocial/, apresenta indicadores referentes aos desempenhos social, acadêmico, ambiental e econômico, além do perfil institucional e das diversas formas pelas quais a Univates mantém diálogo com seus públicos.

Conforme o reitor da Univates, professor Ney José Lazzari, a responsabilidade social na Univates é orientada, entre outras, por



Bruna Laís Alves/divulgação

DADOS DIVULGADOS: Publicação que amplia o diálogo da Instituição com a sociedade

ações de inclusão social, de melhoria da qualidade de vida, de desenvolvimento econômico, de preservação da memória e do patrimônio cultural e de sustentabilidade socioambiental, buscando sempre o desenvolvimento regional, mas sem perder de vista as tendências nacionais e internacionais.

“Tendo o ensino como sua atividade-fim, as ações de responsabilidade social ocorrem por meio da geração e difusão do conhecimento. Por meio dos mais diversos cursos são realizados projetos de pesquisa e de extensão, atividades culturais, entre outras atividades, todas voltadas

tanto para o público interno quanto para o externo”, explica ele.

A publicação dos dados de 2015 destaca as ações da Univates na implantação do Centro Clínico - que iniciou suas atividades em março de 2016 -, assim como a inauguração do Centro Tecnológico de Pesquisa

e Produção de Alimentos (CTPPA), um espaço que integra o Parque Científico e Tecnológico do Vale do Taquari (Tecnovates), e o lançamento do CrediVates - um programa de financiamento próprio que objetiva atender alunos carentes e que possuem bom desempenho escolar.

Saiba Mais

O Balanço Social é uma publicação do setor de Planejamento da Univates. Mais informações pelo telefone 3714-7000, ramal 5306, ou pelo e-mail planejamento@univates.br

PELO VALE CAPITÃO

O projeto de destocagem e remoção de pedras das lavouras dos produtores do município está sendo avaliado de forma positiva. A ação visa ampliar as possibilidades de recuperação de terras. Para auxiliar os produtores, a Administração Municipal subsidiou este projeto, sendo que o produtor recebe 50% gratuito de quatro horas de trator. Acima de quatro horas, o produtor paga o serviço particular.

ROCA SALES

Foi realizado, na quinta-feira, na Câmara da Indústria e do Comércio, o *workshop* Projeto Flourishing. Durante uma hora, as *couchings* Simone Lorenzon e Letícia Bratti apresentaram detalhes do projeto que terá 12 encontros, totalizando 24 horas de treinamento pessoal voltado ao funcionamento positivo do ser humano, potencializando-o para seu crescimento e bem-estar.

LAJEADO

A coordenadora da Unidade Parceiros Voluntários (UPV) Lajeado, Gilmara Esteves Scapini, e o coordenador da ONG Parceiros Voluntários, Guilherme Borba, reuniram-se terça-feira com a pró-reitora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da Univates, Maria Madalena Dullius, para assinar termo de compromisso mútuo. No documento, as instituições declaram sua intenção de desenvolver atividades de interesse comum, especialmente na área de extensão e práticas de voluntariado, estabelecendo ações específicas a serem executadas por meio da colaboração conjunta.

ARROIO DO MEIO

Na segunda-feira, mais de dois mil alunos retornam às 13 escolas municipais de Ensino Fundamental (Emef), após dez dias de recesso escolar. O período foi de férias para os alunos e de estudos para os professores, que participaram do Seminário Municipal de Educação e Dia de Estudos na Escola. As atividades fazem parte do projeto de Formação Docente 2016, promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Prazo de inscrição para suplência do Minha Casa Minha Vida encerra hoje

Lajeado - Encerra-se hoje o prazo para inscrição no edital de suplência do Programa Minha Casa Minha Vida, destinado a preencher o número mínimo de vagas de espera exigido.

As famílias interessadas precisam ter renda bruta de até R\$ 1,8 mil; ter mais que 18 anos; morar em Lajeado; não possuir imóvel no nome e não ter financiamento imobiliário; não terem sido bene-

ficiados anteriormente em programas de habitação social do governo federal e/ou estadual e/ou municipal e possuir Cadastro Único atualizado.

A inscrição e apresentação dos documentos, assim como a renovação do Cadastro Único, devem ser realizadas na Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social (Sthas), localizada na Rua Alberto Torres, 603, no Centro.

Serviço

Dúvidas podem ser esclarecidas pelo telefone 3982-1089.

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Westfália
Rua Leopoldo Fiegenbaum - 488 - Centro - Westfália - RS
CEP 95893-000 - FONE/FAX (51) 37624553
E-mail: westfalia@westfalia.rs.gov.br

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2016

O Município de Westfália torna público que no dia 16 de agosto de 2016 às 9 horas, serão recebidos os envelopes de documentação e propostas referentes à contratação de empresa especializada para implantação de academia ao ar livre, área total de 557,74m², na sala de Licitações da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital e seus anexos poderão ser retirados no Setor de Compras da Prefeitura Municipal, sito à Rua Leopoldo Fiegenbaum, 488, Centro. Informações poderão ser obtidas pelo fone (51) 3762-4553 e ainda pelo e-mail licitacao@westfalia.rs.gov.br.

Westfália, 28 de julho de 2016.
Sérgio Marasca - Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BRASIL
Prefeitura Municipal de Lajeado/RS

PREGÃO PRESENCIAL 32-06/2016 - RP

Objeto - Registro de Preço para aquisição parcelada, sob demanda, de material elétrico para a Secretaria de Saúde de Lajeado/RS, visando à participação exclusiva de Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI). A sessão pública ocorrerá no dia 15 de agosto de 2016 às 08:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Lajeado/RS Rua Júlio May, 242, 3º andar, Bairro Centro, Lajeado/RS. O edital e seus anexos podem ser obtidos através do portal www.lajeado.rs.gov.br, ou poderão ser solicitados pelo e-mail sefa.licitacao@lajeado.rs.gov.br. Mais informações, telefone (51) 3982-1046 e 1045.

Lajeado/RS, 28 de julho de 2016
Marcos Rogério Maurer
Supervisor do Departamento e Compras e Licitações

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL BRASIL
Prefeitura Municipal de Lajeado/RS

PREGÃO PRESENCIAL 33-06/2016 - RP

Objeto - Registro de Preço para aquisição de novos fardamentos do Corpo de Bombeiros Misto de Lajeado, visando à participação exclusiva de Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI). A sessão pública ocorrerá no dia 10 de agosto de 2016 às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Lajeado/RS Rua Júlio May, 242, 3º andar, Bairro Centro, Lajeado/RS. O edital e seus anexos podem ser obtidos através do portal www.lajeado.rs.gov.br, ou poderão ser solicitados pelo e-mail sefa.licitacao@lajeado.rs.gov.br. Mais informações, telefone (51) 3982-1046 e 1045.

Lajeado/RS, 28 de julho de 2016.
Marcos Rogério Maurer
Supervisor do Departamento e Compras e Licitações



ASSINANTE
SOLIDÁRIO

A Hora

Compromisso com o Vale do Taquari.

Lajeado, sexta-feira,
29 de julho de 2016
Ano 14 - Nº 1645
Avulso: R\$ 2,00

Fundado em julho de 2002
Fechamento da edição: 21h



ANDERSON LOPES

ESTRELA

Festival reúne cervejeiros

O Salão Cristo Rei recebe
amanhã evento destinado
à produção de cervejas ar-
tesanais. **Conexão**

DUPLICAÇÃO DE PONTE

Projeto de 2014 volta à análise

A passagem sobre o Arroio Sara-
quá é tema frequente de reuniões
entre os governos de **Lajeado** e
Santa Clara do Sul com o gover-
no estadual. Na semana passada,
Daer tirou da gaveta proposta pa-
rada desde 2014. **Página 8**

TEMPO
NO VALE



Sol entre nuvens

Mínima: 6°C - Máxima: 19°C

FONTE: CH/UNIVATES

MPF aponta 371 benefícios do Bolsa Família suspeitos

O Ministério Público Federal (MPF) realiza um pente-
fino em quase dez mil benefícios do Bolsa Família.
Desse montante, os investigadores verificam incon-
sistências e suspeitas no repasse para, pelo menos, 371 fa-
mílias. Relatório será encaminhado aos 28 municípios da
região onde foram apontadas suspeitas. **Páginas 12 e 13**



RODRIGO MARTINI

COMBATE À POBREZA: em **Lajeado**, muitos beneficiários moram no Santo Antônio. Equipe do município admite problemas em função dos poucos servidores

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

DEM se afasta do PP e muda cenário à majoritária

Diretório municipal do Democratas (DEM) de **Lajeado** ficou de fora da convenção do Partido Progressista (PP). Sigla negocia coligação com o PMDB.
Ontem, Marcelo Caumo e Gláucia Schumacher foram confirmados como postulantes ao governo pela coligação do PP/PSD/PMN e PSDB. **Página 4**

4 DIAS DE

LOKURA

4ª, 5ª, 6ª E SÁB

EM

10X

FIXAS

1º PGTO

100

DIAS

ATÉ

50%

DESC

dullius

*sujeito a análise de crédito

Feeling

EXPEDIENTE

Diretor Geral Adair G. Weiss
Diretor de Conteúdo Fernando A. Weiss
Diretor de Operações Fabrício de Almeida

REDAÇÃO

Av. Benjamin Constant, 1034/201
 Fone: 51 3710-4200
 CEP 95900-000 - Lajeado - RS
 www.jornalhora.inf.br
 ahora@jornalhora.inf.br

COMERCIAL E ASSINATURAS

Av. Benjamin Constant, 1034/201
 Fone: 51 3710-4210
 CEP 95900-000 - Lajeado - RS
 comercial@jornalhora.inf.br
 assinaturas@jornalhora.inf.br
 entrega@jornalhora.inf.br

Os artigos e colunas publicados não traduzem necessariamente a opinião do jornal e são de inteira responsabilidade de seus autores.

Tiragem média por edição: 7.000 exemplares. Disponível para verificação junto ao impressor (ZH Editora Jornalística)



INDICADORES ECONÔMICOS

MOEDA	COMPRA	VENDA
Dólar Comercial	3,2958	3,2964
Dólar Turismo	3,2300	3,4300
Euro	3,6505	3,6512
Libra	4,3039	4,3056
Peso Argentino	0,2176	0,2178
Yen Jap.	0,0312	0,0312

Cotação do dia anterior até 17:45h, Valor econômico.

ÍNDICE	MÊS	ÍNDICE MÊS (%)	ACUMULADO ANO (%)
ICV Mes (DIEESE)	06/16	0,45	4,72
IGP-DI (FGV)	06/16	1,63	6,01
IGP-M (FGV)	06/16	1,69	5,91
INPC (IBGE)	06/16	0,47	5,09
INCC	06/16	1,52	3,80
IPC-A (IBGE)	06/16	0,35	4,42

Salário Mínimo/2016 R\$ 880,00

TAXAS E CERTIFICADOS (%)	MÊS	ÍNDICE MÊS (%)	ACUMULADO ANO (%)
TJLP			7,5
Selic			14,25% (meta)
TR	07/16	0,1621	1,9997
CDI (Mensal)	06/16	1,1605	6,7198
Prime Rate	07/16	3,25	3,25 (Previsto)
Fed fund rate	07/16	0,50	0,25 (Previsto)

Ouro (dólar) – Onça Troy – USD
 1319,3 cotação do dia 28/07/2016

BOLSAS DE VALORES	PONTO	VARIAÇÃO (%)	FECHAMENTO
Ibovespa (B3)	56667	-0,33	
Dow Jones (EUA)	16.027	-1,10	
S&P 500 (EUA)	1.853	-1,42	
Nasdaq (EUA)	5.023	0,00	cotação do dia anterior até 17h45min
DAX 30 (ALE)	9.964	0,00	
Merval (EUA)	11.400	0,00	

Petróleo (dólar)/Brent Crude – barril
 – USD 44,72 em 28/07/2016

Editorial

O problema não está no Bolsa Família

Reportagem das páginas 12 e 13 do **A Hora** de hoje retoma discussão a respeito do Programa Bolsa Família. Investigação do Ministério Público Federal de **Lajeado** apura irregularidades em 371 dos 4,5 mil benefícios concedidos às famílias que recebem Bolsa Família em 28 municípios da região.

Uma varredura do MPF aponta para pagamentos indevidos, dos quais estariam se aproveitando cidadãos fora do eixo de pobreza e miséria determinado pelo programa social. Antes de conclusões precipitadas, convém enaltecer a relevância do Bolsa Família. Os problemas e eventuais incompatibilidades são em proporção infinitamente menor do que o valor social que o benefício representa, mesmo sendo, em média, de R\$ 170 por família. Além disso, o custo, que varia na faixa de R\$ 24 bilhões por ano, representa menos de 1% no PIB do país.

Não é o Bolsa Família que fez



Não é o Bolsa Família que fez o país mergulhar na grave crise econômica e política na qual se encontra

o país mergulhar na grave crise econômica e política na qual se encontra. Qualificar os mecanismos de concessão do benefício, exigindo a contrapartida dos contemplados é tarefa a ser fortalecida, a ponto de eliminar a dependência de forma gradual.

Conforme o apontamento do MPF, o percentual de famílias que estariam recebendo de forma indevida o pagamento representa 3%. Pela conclusão, 97% dos beneficiados ganham o auxílio de maneira adequada, o que conclui reforçar a importância do programa.

Faz bem a promotoria federal expor para depois estancar eventuais sangrias e pagamentos fraudulentos. Ainda mais quando suspeitas recaem sobre servidores públicos e, até mesmo, pessoas que tenham doado dinheiro para campanha eleitoral. Se confirmadas essas suspeitas, estamos diante de um oportunismo e uso de CPFs laranjas para maquiagem os sistemas de controle e fiscalização do governo federal.

Criado em 2004, com a unificação do Auxílio Gás e do Bolsa Alimentação num mesmo programa federal, o Bolsa Família é a única renda para milhares de famílias pais afora que dele dependem. As exigências sobre as famílias em manter suas crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde permitem – desde que a fiscalização seja eficiente e constante – uma evolução gradual dos componentes das famílias.

Em vez de apontar o Bolsa Família como vilão – vale lembrar que representa apenas 1% do PIB brasileiro – são necessários cada vez mais mecanismos de controle e fiscalização. Aproveitadores fraudulentos não podem continuar maculando um programa que, desde a sua criação, se mostra imprescindível para levar um prato de comida para quem vive na pobreza ou na extrema miséria. O problema não está no Bolsa Família. Está no oportunismo criminoso e nos métodos de fiscalização.

Artigo

Altemir Tortelli, deputado estadual pelo PT

Agricultura familiar, mãos que alimentam pedem socorro

Agricultura familiar é fundamental para o Brasil. Mais que uma categoria profissional, é um ator político e social na construção do desenvolvimento rural sustentável com produção de alimentos saudáveis e geração de riquezas no campo. A agricultura familiar, detendo apenas 20% das terras em nosso país, é responsável por mais de 70% da produção dos alimentos que estão em nossas mesas todos os dias.

Infelizmente no Dia Internacional da Agricultura Familiar (comemorado em 25 de julho), vivemos uma fase difícil para a agricultura familiar, na qual o governo golpista e ilegítimo de Temer impõe aos agricultores familiares retrocessos nos direitos conquistados com muita luta ao longo de mais de 30 anos. É inaceitável, por exemplo, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário que tanto contribuiu com a agricultura familiar com programas como

o Pronaf, o PNAE, o PAA, Seguro Agrícola, entre outros, tenha sido extinto. Inadmissível também a extinção do Ministério da Previdência e a anunciada reforma da Previdência Social, que pretende, entre outras medidas, acabar com a aposentadoria especial para os trabalhadores rurais; aumentar a idade mínima de aposentadoria (65 anos para homens e mulheres); igualar o tempo de aposentadoria para homens e mulheres e desvincular o Piso Previdenciário do salário mínimo.

No RS, o cenário também não é animador. O governo Sartori, aliado de Temer, reduziu a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo a uma figura decorativa e sem políticas públicas para o setor; o Plano Safra Gaúcho sumiu da pauta, o governo demite e sucateia a Emater, paralisou e acabou com diversos programas de apoio à agricultura familiar e deixou a SDR quase sem orçamento.

Sou agricultor familiar, sei das dificuldades do setor e transformei nosso mandato na voz da agricultura familiar no parlamento gaúcho. Sou membro titular da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa e coordeno três Frentes Parlamentares envolvendo a agricultura familiar: a Frente Gaúcha em Defesa da Previdência Social Rural e Urbana; a Frente pela Segurança Alimentar, Sustentabilidade e Agricultura Familiar e a Frente Gaúcha em Defesa da Apicultura e Meliponicultura.

Destaco duas leis de minha autoria: a Lei 14.486/2014, que cria a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, reforçando estratégias de segurança alimentar; e a Lei 14.278/2013, que cria a Política Estadual de Incentivo à Permanência de Jovens e Adultos no Meio Rural com ênfase na Pedagogia da Alternância.

Além disso, temos projetos de lei de minha autoria tramitando na Assembleia, dentre eles, resalto dois: o PL 11/2012, que institui a Política Estadual dos Serviços Ambientais e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais; e o PL 215/2012, que cria a Política Estadual de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, ambos importantes para a agricultura familiar.

A conjuntura exige organização e mobilização para enfrentar as ameaças, construir a resistência e virar esse jogo desfavorável para a agricultura familiar e os trabalhadores. Por isso, participamos da Caravana da Agricultura Familiar em Defesa da Previdência Social, que iniciou no dia 26 e encerra hoje, 29. Nosso mandato apoia e ajudou a construir o evento, que iniciou no dia 26 em **Três Passos**, esteve no dia 27 em Erechim, passou no dia 28 por **Sarandi** e encerra hoje, 29, em **Passo Fundo**.

Daer **retoma** projeto avaliado em 2014

Nova reunião tratou da obra de duplicação da ponte sobre o Arroio Saraquá

Lajeado

A proposta de adaptar trecho da ERS-413 para duplicação da ponte sobre o Rio Saraquá, no bairro São Bento, voltou aos debates entre os poderes públicos locais e Daer. O encontro na semana passada ocorreu pouco mais de um mês depois da entrega de um ofício ao secretário estadual de Transportes e Mobilidade, Pedro Westphalen, em que era cobrada a prioridade no investimento.

Dessa vez, a reunião de representantes de Lajeado e Santa Clara do Sul foi com o diretor-geral do Daer, Ricardo Nuñez. Ela serviu para trazer a proposta de duplicação da ponte e adaptação do traçado, feita em 2014, de volta às avaliações do órgão estadual. O departamento ficou responsável por fornecer apoio técnico na elaboração e revisão dos projetos.

As tratativas para duplicação da ponte entre os dois municípios ocorrem desde a pavimentação da via, em 2002. Faz seis anos, a obra chegou ser licitada depois do recebimento de R\$ 542,9 mil para o projeto. Ele não teve continuidade por problemas técnicos. Pela estimativa da Polícia Rodoviária Estadual, passam pelo trecho mais de 2,6 mil veículos por dia.

O engenheiro ambiental Roger Franz, 31, passa pela ponte até oito vezes ao dia. Morador de **Santa Clara do Sul** e com trabalho



Moradores e condutores reclamam da insegurança na passagem. Pista simples também dificulta o trânsito nos horários de maior movimento

no município vizinho, acompanha o andamento da proposta desde a década de 1990. “É uma falta de respeito com os usuários e motoristas é algo tão simples para estar há tanto tempo assim.”

De acordo com ele, a situação gera críticas não só de moradores e usuários, mas influencia a decisão de investidores.

Esperanças renovadas

Na avaliação do presidente da Associação de Moradores do Bairro São

Bento, Gilson Sartori, a reunião foi positiva pela retomada do debate sobre a demanda. Ele acompanhou o encontro e se diz otimista com um desfecho para o impasse. “Claro que queria ter saído de lá com um prazo, mas saí feliz por terem dado atenção ao nosso projeto.”

Com a postura apresentada pelos poderes públicos e do órgão estadual, ele espera ser possível conseguir a duplicação da ponte em até dois anos. Antes da captação de recurso para o projeto, afirma, a proposta

dependerá da aprovação dos ajustes sugeridos pelo Daer. Segundo o presidente, a reunião já era esperada desde o ano passado. Em setembro, os moradores chegaram a bloquear a via por uma hora como forma de protesto.

Desde o encontro com Nuñez, o secretário de governo de Lajeado, Auri Heisser, aguarda as indicações do Daer para a proposta. Elas serão repassadas para a empresa contratada para elaboração do projeto e os ajustes, afirma, de-

vem ficar prontos em até um mês.

Sem recursos destinados para o serviço, relata Heisser, o Daer buscará verba excedente do orçamento deste ano para a proposta até agosto. Outra alternativa é a inclusão da demanda no planejamento de 2017. O custo para desenvolver o projeto de duplicação da ponte e de adaptação da pista é estimado em R\$ 1,8 milhão. De acordo com ele, ambos os Executivos se comprometeram a fornecer o apoio necessário para viabilizar o serviço.

Reunião define grupo de associados para a granja

Mato Leitão

Nessa quarta-feira, associados da Cosuel e representantes da empresa se reuniram na câmara de vereadores de Mato Leitão para definir o grupo de associados, a diretoria e aprovar o estatuto referente à granja de terminação que será construída na cidade. O empreendimento faz par-

te de um projeto da Dália Alimentos que prevê criar oito condomínios para terminação de frangos em municípios da região que farão parte do Complexo Avícola. Participaram associados residentes em Mato Leitão e outros municípios da região. O grupo foi formado por 21 produtores, mais um quota pertencente à cooperativa.

Centro de atendimento à mulher completa um mês com 44 consultas

Lajeado

No dia em que completou um mês, o Centro de Referência e Atendimento à Mulher (Cram) registrou 44 procedimentos. Treze mulheres, vítimas de violência doméstica, estão sendo acompanhadas.

Conforme a psicóloga Gabriela Kunzler, lotada na Secretaria de Saúde (Sesa), a procura pelo Cram ocorre por diversos motivos,

curiosidade, busca por informações sobre os serviços oferecidos e as políticas de proteção e empoderamento às mulheres e também para relatar casos de violência doméstica.

O Centro oferece grupo terapêutico para debater os conflitos e a equidade de gêneros e o empoderamento das mulheres. Interessadas podem participar do primeiro encontro, hoje, a partir das 8h15min, no Cram.

Saiba mais

O Cram acolhe não só vítimas de violência doméstica, mas promove políticas de proteção, de apoio e de orientação às mulheres.

Vinculado à Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social (Sthas), o Cram funciona na Secretaria de Educação (SED). Tem equipe multidisciplinar nas áreas psicológica, jurídica e de assistência social.



Em Lajeado, bairros como o Santo Antônio registram o maior número de beneficiários. Na cidade, 84 das 940 famílias são suspeitas de receberem os repasses do programa social do governo federal de forma indevida

BOLSA FAMÍLIA NO VALE

Repasses irregulares alcançariam R\$ 1,1 milhão

Montante dos últimos três anos representa 3,9% do repasse total aos municípios da região atendida pela Procuradoria da República em Lajeado, e se refere ao benefício recebido de forma suspeita por 371 famílias de 28 cidades do Vale do Taquari. Entre os casos verificados, há suspeitas sobre valores pagos a servidores públicos, doadores de campanha e falecidos.

Vale do Taquari

O Ministério Público Federal (MPF) realiza, desde a semana passada, uma força-tarefa para verificar irregularidades e disparidades nos repasses de valores do programa assistencial. A primeira fase do Projeto Raio-X Bolsa Família consiste em recomendar aos municípios a visita às famílias com indicativos de renda per capita superior ao estabelecido pelo programa e a

revisão dos cadastros.

Na área atendida pela unidade da Procuradoria da República em Lajeado – composta por 33 municípios –, os procuradores e assistentes responsáveis pela “malha fina” investigaram 9.995 beneficiários do programa social. Em pelo menos 371 desses, o MPF verificou falhas que não se encaixam nos requisitos exigidos pelo governo federal.

O montante de benefícios suspeitos resultou, conforme o MPF, em um repasse supostamente

irregular de R\$ 1,1 milhão entre 2013 e 2016. O valor representa 3,9% do total de R\$ 28,5 milhões repassados aos 33 municípios nesse mesmo período.

De acordo com o procurador da República substituto, Jorge Irajá Louro Sodré, dos 33 municípios que compõem a área de atribuição da Procuradoria de Lajeado, só cinco não apresentaram suspeitas de pagamentos indevidos. São eles: Capitão, Forquetinha, Poço das Antas, Relvado e Vespasiano Corrêa. Os demais apresen-



RODRIGO MARTINI



BENEFÍCIOS PELO VALE

Cidades	Suspeitas	Total (maio)
Anta Gorda	6	72
Arroio do Meio	27	187
Arvorezinha	23	401
Bom Retiro do Sul	30	269
Boqueirão do Leão	5	392
Canudos do Vale	1	63
Colinas	1	14
Coqueiro Baixo	1	12
Cruzeiro do Sul	28	274
Doutor Ricardo	1	34
Encantado	33	355
Estrela	64	485
Ilópolis	4	80
Imigrante	3	23
Lajeado	84	940
Marques de Souza	3	58
Mugum	6	80
Nova Brésia	1	16
Pouso Novo	1	74
Progresso	6	213
Putinga	4	65
Roca Sales	13	114
Santa Clara do Sul	2	32
Sério	1	74
Teutônia	20	197
Travesseiro	1	17
Westfália	2	12
Total	371	4.553

tam inconsistências.

Entre as suspeitas verificadas pelo MPF, estão concessões do benefício a pessoas que, em primeira análise, não fariam jus a ele. Essas, segundo o procurador, “apresentam sinais exteriores de riqueza que indicam possíveis inconsistências relacionadas às condições de pobreza ou extrema pobreza legalmente exigidas daqueles que são beneficiários”.

Servidor e doador de campanha

As inconsistências foram identificadas pelo MPF a partir do cruzamento de dados públicos fornecidos por diversas instituições, como Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Receita Federal e o próprio governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc).

Dessa forma, explica o procurador, foram gerados relatórios contendo cinco tipos de benefi-

cios suspeitos recebidos por servidores públicos com família menor ou igual a quatro pessoas, empresários, doadores de campanhas eleitorais em valores superiores aos recebidos por meio do benefício, servidores públicos e doadores de campanhas e, por fim, beneficiários já falecidos.

“Precisamos separar casos de fraude dos de erro. Para isso, será feita investigação caso a caso, contando com o auxílio dos municípios, que são os responsáveis pela seleção dos beneficiários”, avisa o procurador. Após o cumprimento das recomendações, os gestores municipais também devem informar ao MPF quais foram os benefícios cancelados.

As recomendações serão expedidas aos municípios investigados até o dia 19 de agosto, com prazo de 60 dias para resposta por parte dos Executivos. Em 22 de agosto, será divulgado o diagnóstico feito pelo MPF e o balanço da atuação nacional, com o número de recomendações expe-

didadas em todo o Brasil, por unidade de federação.

“Os beneficiários deveriam atualizar o cadastro”

Em Estrela, conforme informação do Ministério do Desenvolvimento Social, são 574 beneficiários do programa social, que recebem – em média – R\$ 159,45 mensais, totalizando R\$ 91,5 mil por mês. Desse montante de famílias, o MPF aponta suspeitas de irregularidades sobre 64, menos de 10% do total.

De acordo com a assistente social Tatiana Oliveira, da Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação, quatro servidoras atuam na gestão do Cadastro Único – responsável pelo controle do Bolsa Família –, sendo duas na secretaria dela, uma no Cras Moinhos e no Imigrantes.

Sobre inconsistências verificadas no programa, Tatiana cita que o município tem feito a fiscalização, mas muitos beneficiários, após a visita da assistente social para verificação das informações fornecidas, conseguem colocação no mercado de trabalho. “Os próprios beneficiários deveriam atualizar o cadastro, abrindo mão do benefício, o que não ocorre”.

Outra situação citada pela profissional são as constantes trocas de endereço e telefone, dificultando a localização dos beneficiários. Ela alerta ainda para situações em que há permanência do beneficiário no programa mesmo quando atualizado o cadastro e verificada renda superior ao estabelecido. Isso ocorre, segundo a assistente social, devido à regra da permanência estabelecida pelo MDS.

“O beneficiário pode continuar no Bolsa Família por mais dois anos, mesmo que a renda familiar tenha subido para além de R\$ 154 mensais por pessoa, e desde que não ultrapasse meio salário mínimo.” Por fim, ela fala da importância de averiguar todas as denúncias de supostas irregularidades para a devido cancelamento de benefícios irregulares.

“Faço até 60 visitas mensais”

A insuficiência de servidores para fiscalizar é um problema

também em Lajeado. Atuam duas auxiliares administrativas e a técnica responsável pelo Bolsa Família no município, Mara Sauter. Só ela realiza entre 50 e 60 visitas a beneficiários por mês. “E tenho outros serviços e demandas para resolver na minha função. Passo apertado, mas é a realidade de todos os municípios”, afirma.

Hoje, segundo Mara, são 940 famílias beneficiadas, o que representa uma cobertura de 88,7% das famílias pobres do município, conforme Censo 2010 do IBGE. Segundo o MPF, 84 dessas têm incongruências. “Acho um índice baixo. É possível que haja certa desatualização por mudanças recentes. Procuramos sempre deixar as famílias a par dos riscos do recebimento ilícito. E a nós cabe seguir fiscalizando”, resume.

Saiba mais

O projeto Raio-X Bolsa Família é patrocinado pelas Câmaras Criminal e de Combate à Corrupção do MPF. O levantamento, de abrangência nacional, não parte da declaração do cidadão, mas da análise e cruzamento de dados públicos. De 2013 a maio de 2016, os pagamentos sobre os quais pairam suspeitas superam R\$ 4 bilhões no país.

“

Acho um índice baixo. [...] Procuramos sempre deixar as famílias a par dos riscos do recebimento ilícito.”

Mara Sauter

Responsável pelo programa em Lajeado

QUEM PODE RECEBER O AUXÍLIO

- Famílias com renda mensal de até R\$ 85 por pessoa.
- Famílias com renda mensal entre R\$ 85,01 e R\$ 170 por pessoa, que possuam em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de até 16 anos incompletos.
- Famílias com renda mensal de zero a R\$ 170 por pessoa, que possuam em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos.

Compromissos dos beneficiários

- Manter cartão de vacinação das crianças em dia até os 7 anos de idade.
- Garantir pelo menos 85% de frequência escolar a crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e pelo menos de 75% a adolescentes de 16 a 17 anos.
- As gestantes devem comparecer às consultas de pré-natal agendadas pelo Ministério da Saúde.
- As mães em período de amamentação devem ir às atividades educativas promovidas pelo Ministério da Saúde que abordam temas sobre o aleitamento materno saudável.